

# ***A PRESCRIÇÃO E A DECADÊNCIA NOS CONTRATOS DE SEGURO***

---

**JOSÉ AUGUSTO DELGADO**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

## **1. CONCEITO DE PRESCRIÇÃO:**

a) – Paulo Nader (Curso de Direito Civil-Parte Geral, p. 565, Forense, 2003):

“Com a prescrição, que é resultada da falta de exercício de um direito durante determinado lapso temporal, pode ocorrer tanto a perda de um direito real quanto a de um direito de ação”.

Prescrição extintiva: é a perda do direito de ação em decorrência da inércia do seu titular, durante lapso temporal superior ao estabelecido em lei (Paulo Nader, ob. cit. e p.).

Ex: a perda de um direito real: o usucapião (prescrição aquisitiva, arts. 102, 1.238 a 1.244, NCC, e art. 191, parág. Único, da CF);

b) Ludwig Enneccerus et alli. (Derecho Civil (Parte General, vol. 2º, p. 486, trad. Da 39ª. Ed. Alemã, Barcelona, Boch, Casa Editorial, 1944):

“Entende-se por prescrição em geral (especialmente no Direito Comun) o nascimento e o fim ou desvirtuamento de direitos em virtude do exercício continuado ou do não exercício continuado”.

c) Orlando Gomes (Introdução ao Direito Civil, 11a. ed., Rio de Janeiro, Editora Forense, 1995, p. 496):



"A prescrição é o modo pelo qual um direito se extingue em virtude da inércia, durante certo lapso de tempo, do seu titular, que, em consequência, fica sem ação para assegurá-lo".

d) Nicolas Coviello (Doctrina General del Derecho Civil, trad. Da 4ª. Ed. Italiana, México, Unión Tipográfica Editorial Hispano-Americana, 1938):

"A prescrição extingue o direito mesmo, e não somente a ação: manter com vida o direito, uma vez extinta a ação, é uma sutileza que não está conforme com os princípios de nossa lei, segundo os quais não há direito sem ação".

e) Lacerda de Almeida (Obrigações, 2a. ed., Rio de Janeiro, Typografia Revista dos Tribunais, 1916, p. 357):

"....a prescrição deixa incólume o vínculo jurídico, ainda depois de realizada; não destrói o direito, paralisa-lhe o exercício, colocando-o em posição de mera passividade, de ativo que era d'antes".

f) Maria Helena Diniz: "O que caracteriza a prescrição é que ela visa a extinguir uma pretensão alegável em juízo por meio de uma ação, mas não o direito propriamente dito" (Curso de Direito Civil Brasileiro, 1º vol, p. 336, 18a. ed., São Paulo, Editora Saraiva, 2002).

## **2. Requisitos da prescrição extintiva:**

a) titularidade do direito (o primeiro pressuposto não é que alguém, necessariamente, comprove ter direito subjetivo, mas, apenas, a alegação de sua existência, consubstanciada em interesse de agir);

b) inércia do titular (havendo ou não, em realidade, direito subjetivo, o interessado deve provocar a ação – a prescrição se opera em

face da inércia de quem se apresenta como titular do direito – tem de demonstrar legitimidade);

c) transcurso de tempo superior ao fixado em lei (os prazos variam, conforme os arts. 205 e 206 do NCC);

d) violação de dever legal ou contratual ( é imprescindível, pelo menos potencialmente, a violação de dever legal ou contratual).

Obs. “Nem todo direito é passível de violação, não sendo, portanto, prescritíveis. Os direitos potestativos, que se praticam com a simples declaração de vontade, não são violáveis, mas suceptíveis de decadência” (Paulo Nader, ob. cit., p. 568).

### **3. Princípios básicos da prescrição:**

a) é matéria de ordem pública (a vontade privada não pode alterar os seus prazos);

b) possibilidade de renúncia e condições (o direito de ação é renunciável, de modo expresse ou tácito);

c) ser impossível a ampliação ou redução do lapso prescricional (o art. 192 do NCC veda a alteração dos prazos prescricionais, sem ressalvas, por acordo entre os interessados);

d) há necessidade de ser alegada pelo prescribente (o juiz não pode aceitá-la de ofício);

e) permite que seja alegada a qualquer tempo, em primeiro ou em superior instância, desde que anteceda, naturalmente, ao trânsito em julgado da sentença ou acórdão;

f) as pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado e as naturais podem alegar a prescrição;

g) a contagem do prazo começa a fluir a partir do dia em que a ação poderia ser ajuizada (se a obrigação for positiva – dar ou fazer – o prazo começa a ser contado do dia em que o devedor ficar inadimplente; se a obrigação for negativa, a contagem tem o seu início na data em que o o dever omissivo foi quebrado; nos negócios jurídicos em que há elementos acidentais, em se tratando de obrigações condicionais, a contagem se inicia no dia em que a condição se verificou; se a obrigação possui um termo, este é o marco inicial da contagem; nas condições modais, considera-se o dia em que o encargo deve ser cumprido (Ver Paulo Nader, ob. cit., p. 571).

(Obs. A Contagem do prazo segue o art. 132 do NCC).

#### **4. Limitações ao exercício da prescrição:**

a) não prescrevem os direitos personalísticos (o direito à vida, à honra, à liberdade, ao nome, ao estado da pessoa (filiação, o conjugal); as ações relativas à propriedade, as que constituem uma faculdade, como as ações divisórias e as de venda da coisa comum;

b) não corre prazo prescricional em relação aos absolutamente incapazes (há impedimento) (art. 3º - os menores de dezesseis anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade);

c) quanto aos relativamente incapazes (art. 4º - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido; os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo; os pródigos) os prazos fluem, mas estes têm direito de regresso contra quem lhes assiste: pais, tutores; tem também direito de regresso as pessoas

jurídicas contra seus representantes legais, se a prescrição não for alegada.

### **5. – A prescrição no NCC:**

- Art. 189. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206.

- Art. 190. A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.

- Art. 191. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

- Art. 192. Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.

- Art. 193. A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.

- Art. 194. O juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz.

- Art. 195. Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.

- Art. 196. A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

- Art. 197. Não corre a prescrição:

I – entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal;

II – entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;

III – entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.

- Art. 198. Também não corre a prescrição:

I - contra os incapazes de que trata o art. 3º;

II – contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios;

III – contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.

- Art. 199. Não corre igualmente a prescrição:

I – pendente condição suspensiva;

II – não estando vencido o prazo;

III – pendendo ação de evicção.

- Art. 200. Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado em juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.

- Art. 201. Suspensa a prescrição em favor de um dos credores subsidiários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.

## **6. – DECADÊNCIA:**

“É de decadência o prazo estabelecido pela lei, ou pela vontade unilateral ou bilateral, quando prefixado no exercício do direito pelo seu titular. E é de prescrição, quando fixado, não para o exercício do direito, mas para o exercício da ação que o protege. Quando, porém, o direito deve ser por meio de ação, originando-se ambos do mesmo fato, de modo que o exercício do direito, o prazo estabelecido para a ação deve ser tido como prefixado ao exercício do direito, sendo, portanto, de decadência, embora aparentemente se afigure de prescrição”. (Antônio Luís da Câmara Leal, da Prescrição e da Decadência, 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1959, p. 133-4).

## **7 – Distinção entre decadência e prescrição**

Segundo Maria Helena Diniz (Curso de Direito Civil Brasileiro, 17. ed., São Paulo: Saraiva, 2001, v. 1, p. 271)):

Esquema:

“1) A decadência extingue o direito e indiretamente a ação; a prescrição extingue a ação e por via oblíqua o direito.

2) O prazo decadencial é estabelecido por lei ou por vontade unilateral ou bilateral; o prazo prescricional somente por lei.

3) A prescrição supõe uma ação cuja origem seria diversa da do direito; a decadência requer uma ação cuja origem é idêntica à do direito.

4) A decadência corre contra todos; a prescrição não corre contra aqueles que estiverem sob a égide das causas de interrupção ou suspensão previstas em lei.



5) A decadência decorrente de prazo legal pode ser julgada, de ofício, pelo juiz, independentemente de arguição do interessado; a prescrição das ações patrimoniais não pode ser, ex officio, decretada pelo magistrado.

6) A decadência resultante de prazo legal não pode ser renunciada; a prescrição, após sua consumação, pode sê-lo pelo prescribente.

7) Só as ações condenatórias sofrem os efeitos da prescrição; a decadência só atinge direitos sem prestação que tendem à modificação do estado jurídico existente”.

## **8. PRAZOS DE DECADÊNCIA NO NOVO CÓDIGO CIVIL:**

a) Todos os prazos não previstos nos arts. 205 e 206 são decadenciais.

b) Alguns deles passam a ser citados.

c) Art. 45, parágrafo único:

d) Art. 48, parágrafo único:

e) Art. 445:

f) Art. 446:

g) Art. 501:

h) Art. 512:

i) Art. 513, parágrafo único:

j) Art. 516:

k) Art. 539:





- l) Art. 550:
- m) Art. 754:
- n) Art. 771:
- o) Art. 1.084:
- p) Art. 1.122:
- q) Art. 1.124:
- r) Art. 1.131:
- s) Art. 1.151:
- t) Art. 1.237:
- u) Art. 1.302:
- v) Art. 1.481:
- w) Art. 1.482:
- x) Art. 1.541:
- y) Art. 1.555:
- z) Art. 1.560:
- aa) Art. 1.800, parágrafo quarto;
- bb) Art. 1.807:
- cc) Art. 1.815:
- dd) Art. 1.859:
- ee) Art. 1.891:
- ff) Art. 1.895:



gg) Art. 1.983:

hh) Art. 2.027, parágrafo único, entre outros.

Obs. No Cód. De Defesa do Consumidor:

a) art. 26 – Lei n. 8.078, de 11.09.1990:

## **9) A PRESCRIÇÃO NOS CONTRATOS DE SEGURO**

1) Art. 206. Prescreve:

§ 1º Em um ano:

II – a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo:

a) para o segurado, no caso de seguro de responsabilidade civil, da data em que é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado, ou da data que a este indeniza, com a anuência do segurador;

b) quanto aos demais seguros, da ciência do fato gerador da pretensão.

2) O Seguro, no NCC, é tratado nos artigos 757 a 802.

3) A prescrição nos contratos de seguro no NCC:

Prescrição em um ano, 206, § 1º, II:

“As pretensões recíprocas entre companhia seguradora e segurado. Embora o prazo seja único, varia o critério de sua contagem. Sendo citado para responder à ação de responsabilidade civil junto a terceiro, a contagem do prazo do segurado começa a fluir no dia em que recebe a citação ou, então, da data em que indeniza o terceiro com a

concordância da seguradora. Em relação às demais pretensões, a contagem do prazo tem início do conhecimento do fato gerador da pretensão. O inciso IX, do § 2º, dispõe sobre a pretensão relativa ao seguro de responsabilidade civil obrigatório. Se o contrato é de seguro de vida, a pretensão do credor tem por fato gerador o evento morte (art. 206, § 1º, II, CC)" ( Paulo Nader, pg. 583, Curso de Direito Civil – Parte Geral, Forense, 2003).

4) O NCC manteve o prazo de um ano que era previsto no NCC, porém, explica melhor o início da contagem da prescrição, ao inserir no inc. II do § 1º, do art. 206, que o prazo será contado:

a) para o segurado, no caso de seguro de responsabilidade civil, da data em que é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado, ou da data que a este indeniza, com a anuência do segurador;

b) quanto aos demais seguros, da ciência do fato gerador da pretensão.

5) Síntese da contagem do prazo:

a) - no item "a" está regulado o prazo de prescrição no seguro de responsabilidade civil, quando assiste ao responsável o ressarcimento junto à seguradora (aplica-se, especialmente, aos acidentes de veículos);

b) - nos acidentes de veículos, existindo o contrato de seguro para a cobertura da indenização a que está obrigado o causador do dano, começa o prazo de um ano a partir da data em que se dá citação na ação ressarcitória promovida pelo terceiro;

c) - o autor, ingressando em juízo com a demanda, desde o momento da citação terá um ano o responsável que contratou a abertura do seguro, para promover o recebimento do valor correspondente;

- Obs. "A redação assinala o prazo de um ano, a iniciar a data da citação, mesmo que continue em andamento o pleito no curso do lapso de tempo, o que traz certa dificuldade, pois há a possibilidade de ser julgada improcedente a lide, que importa em não se dever o seguro. Na verdade, em face da redação da norma, o que se viabiliza é a denúncia da lide à seguradora, para que a integre, e fique ciente de sua responsabilidade, nos termos do art. 70 inci. III, do diploma processual civil"(Arnaldo Rizzardo, Parte Geral do Código Civil, Forense, 2a. ed., p. 629).

d) - Se o responsável indenizar o terceiro, cumpre cientificar à seguradora, iniciando, neste caso, o prazo de um ano da data do pagamento.

e) - Nos demais contratos de seguro, quando cabe ao segurado o direito à cobertura de sinistros (seguro de vida e de saúde), o prazo de um ano inicia a partir da ciência do fato gerador da pretensão. Mantém-se a tradição anterior: Súmula 101 do STJ: "A ação de indenização do segurado em grupo contra a seguradora prescreve em 1 (um) ano".

f) Está consolidado o entendimento de que a contagem do prazo tem início do momento da ciência da recusa em pagar pela seguradora, ou da obstinação do segurado em cumprir a sua obrigação.

Precedente jurisprudencial: O prazo prescricional, na hipótese de seguro de vida em grupo, passa a fluir da data em que o segurado tem conhecimento inequívoco da moléstia profissional".

g) O lapso de um ano restringe-se unicamente à relação entre segurador e segurado, sem qualquer repercussão quanto ao beneficiário ou pessoa designada como favorecida.

h) Discussão: incide o Código de Defesa do Consumidor.

Ver trabalho anexo.

I) o seguro é considerado como serviço para o CDC, em seu art. 3º, § 2º, Lei n. 8.078, de 1990: qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito, securitárias, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

II) O CDC fixa em 5 (cinco) anos o prazo de prescrição para as pretensões reparatórias formalizadas unicamente pelos segurados, e não pelos fornecedores, eis que se encontram estes fora da proteção do referido ordenamento. Eis a sua redação, art. 27: Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria”.

## **8) OS PRONUNCIAMENTOS DOUTRINÁRIOS E OS JURISPRUDENCIAIS.**